

O destino dos corpos adoecidos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX

The fate of illness bodies at the Sailor Apprentices School of Paraíba between the late of the 19th centuries and the first decades of the 20th

Recebido: 23/04/2025 | **Revisado:** 09/06/2025 | **Aceito:** 09/06/2025 | **Publicado:** 29/01/2026

Azemar dos Santos Soares Júnior
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0015-415X>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: azemarsoares@hotmail.com

Luiz Felipe Soares de Lima
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0315-8156>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: felipesoares013@gmail.com

Chrislaine Thuany Vieira Ferreira
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9219-0371>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: chrislaine.vieira.070@ufrn.edu.br

Como citar: JÚNIOR, A. S. S.; LIMA, L. F. S.; FERREIRA, C. T. V. **O destino dos corpos adoecidos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX.** *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 01, n.26, p. 1-19 e18518, jan. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Investigaremos, nesta pesquisa, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, instituição fundada no século XIX e encarregada de formar a infância vulnerável do país, com o objetivo de analisar a atuação médica e o destino que imputava aos corpos adoecidos em seu interior entre o final do século XIX e início do XX. Para tanto, adotamos metodologicamente a *análise do discurso* (Foucault, 2014), que se refere à produção arquivística do qual se possa extrair acontecimentos e regularidades discursivas, em diálogo com o conceito de *disciplina* (Foucault, 2014), como ferramentas do tipo qualitativas para a análise das seguintes fontes: os *Livros de Socorros* (1896-1899), o *Livro de Copiador de Ofício* (1901-1914), o *Livro de Termos de Inspeção* (1927-1931) e *Livro de Contractos* (1927), localizadas no Fundo arquivístico das Escolas de Aprendizes Marinheiros, resguardado pelo Arquivo Nacional da Marinha (RJ). Concluiu-se que os desafios no tratamento de doenças levavam a escola a optar, com base em critérios ditos disciplinares, por diferentes destinos para estes corpos.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Marinheiros; Corpo; Doença.

Abstract

In this research, we will investigate the Paraíba School of Apprentice Sailors, an institution founded in the 19th century and tasked with training the country's vulnerable children, with the aim of analyzing medical practice and the fate it meted out to the sick bodies inside it between the end of the 19th century and the beginning of the 20th. To this end, we used discourse analysis (Foucault, 2014), which refers to archival production from which discursive events and regularities can be extracted, in dialogue with the concept of discipline (Foucault, 2014), as qualitative tools for analyzing the following sources: The Aid Books (1896-1899), the Office Copier Book (1901-1914), the Book of Inspection Terms (1927-1931) and the Book of Contracts (1927), located in the Sailor Apprentice Schools Archival Fund, safeguarded by the National Navy Archive (RJ). It was concluded that the challenges of treating

illnesses led the school to choose, based on so-called disciplinary criteria, different destinations for these bodies.

Keywords: Seaman Apprentice School; Body; Illness.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar o destino e a atuação médica que a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba imputava aos corpos adoecidos em seu interior entre o final do século XIX e início do XX. Criada através do Decreto n. 4.680, de 17 de janeiro de 1871 (Brasil, 1871), essa unidade era vista como uma ferramenta capaz de combater a delinquência, afinal as elites locais, inseguras quanto as desordens que poderiam ser protagonizadas pelos setores marginalizados da sociedade, não tardaram a reivindicar uma atitude do Império com vistas a controlar e moralizar a população. Foi assim que naquele ano foi instituída essa companhia, responsável por formar marinheiros na Paraíba.

Cabe dizer que a fundação da unidade na província paraibana não foi um fenômeno isolado. Antes, as denominadas Companhias de Aprendizes Marinheiros, pois somente mais tarde passariam se chamar escolas, formavam um conjunto de instituições responsáveis por formar, elementar e profissionalmente, marujos, tendo como principal fonte a juventude menos favorecida, vista como vulnerável aos vícios e delinquência. Tendo seu primeiro exemplar assentado na Corte brasileira por volta de 1840, a rede sofreu considerável expansão a partir da década de 1860, num contexto marcado pela Guerra do Paraguai (1864-1870) e pela modernização da marinha nacional.

Apesar de representar parte desse plano de modernização, as escolas não passavam isentas de problemas. Alguns recintos, a exemplo da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, sofreram não só com a falta de matriculados, mas também com a ausência de uma estrutura capaz de abrigar menores. Embora fosse responsabilidade das escolas assegurar a saúde dos aprendizes, a luta contra as sujidades dos corpos e dos gestos era um enorme desafio. A possibilidade de cuidar dos adoecidos era constantemente tolhida pela precária assistência à saúde. A situação era ainda mais caótica quando epidemias se abatiam sobre os aprendizes, levando-os, não raramente, à exaustão ou mesmo à morte.

Diante disso, pretendemos identificar os modos de atuação médica no interior dessa instituição, os possíveis destinos para os corpos adoecidos e as enfermidades mais frequentes entre os rapazes da Escola de Aprendizes Marinheiros paraibana. Para isso, adotamos ferramentas qualitativas de análise. Do ponto de vista metodológico, empregaremos a *análise do discurso*, formulada por Michel Foucault (2014). Para o autor, o discurso não é somente um “[...] conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas [...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam [...]” (Foucault, 2007, p. 56). Logo, a análise do discurso refere-se à produção de um arquivo do qual possamos extrair acontecimentos, ordená-los em níveis de importância e interpretá-los a partir de suas

regularidades discursivas. Isto é, discursos gestados por múltiplos campos de saberes sobre um dado objeto. Feito isso, o interesse é sistematizá-las em um novo texto que possui a pretensão, não de resgatar, mas de reconstruir discursivamente esse objeto, que aqui consiste na maneira como atuação médica na referida instituição ocorreu e quais destinos receberam os enfermos em seu interior entre os séculos XIX e XX.

Além disso, dialogaremos com o conceito de *disciplina*, compreendida como forças que se exercem sobre os sujeitos e implicam em sua vigilância constante e perpétua. Foi assim que, para Foucault (2014, p. 133), “[...] de uma massa informe, de um corpo inapto, faz-se uma máquina da qual se precisa, se corrige aos poucos as posturas. Ou seja, aperfeiçoa-se o indivíduo através da disciplina. Dito isso, tentaremos enxergar nas fontes¹, que são os *Livros de Socorros* (1896-1899), o *Livro de Copiador de Offício* (1901-1914), o *Livro de Termos de Inspeção* (1927-1931) e *Livro de Contractos* (1927), como as formas de promoção à saúde no interior da escola estavam carregadas de poder disciplinar. Por fim, a pesquisa justifica-se por seu ineditismo e pela intenção de contribuir com uma historiografia ainda tímida, porém relevante para a história da educação brasileira e paraibana.

2 UMA EDUCAÇÃO PARA A HIGIENE: A ATUAÇÃO MÉDICA NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA

Começamos por dizer que, no interior de instituições como a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, os candidatos ingressantes necessariamente precisavam se submeter ao olhar atento do médico. Na entrada, os meninos eram registrados, havendo a verificação de documentos pessoais, a fim de comprovar a idade estabelecida, como também outros dados. Após as fichas serem devidamente preenchidas, os petizes eram direcionados para o exame médico geral, o qual era função desse profissional produzir um termo de inspeção de saúde de cada menor. Segue um exemplo de um termo dessa natureza:

Candidato a Escola de Aprendizes Marinheiros: Nome “João Lira da Silva Costa”, idade 16 annos natural de Parahyba, cor parda, cabellos crespos estado civil solteiro: Audição O. D = 5 O. E = 5 Visão: acuidade O. P = 5 O; E = 5 Cores normaes, pai vivo não goza de saúde, mãe viva goza saúde, cinco irmãos vivos gozam de perfeita saúde, quatro irmãos mortos, ignora causa mortais, doença da infeccia variola em 1926. Altura 1 m 45 cm peso perimetro thoracico max. 87 centimetros 80 medio 83 grande envergadura. 1m e 55cm indice de capacidade vital = indice corpo = apparelho visual normal ouvidos normaes, nariz

1 As fontes utilizadas pertencem ao Fundo arquivístico das Escolas de Aprendizes Marinheiros, preservado pelo Arquivo Nacional da Marinha, localizado na Ilha das Cobras, na cidade do Rio de Janeiro, e foram coletadas para o projeto de Iniciação Científica “Marchando com muito garbo e correção”: a disciplinarização de corpos na Escola de Aprendizes Marinheiro no Rio Grande do Norte e na Paraíba”, coordenado pelo Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN) desde 2017. Os registros dessas unidades foram transcritos, catalogados e compartilhados com o Grupo de Pesquisa Observatório das Heterotopias, vinculado ao Centro de Educação da UFRN, que oferece aos seus membros livre acesso ao acervo.

normaes boca e garganta normaes, dentes normaes aparelho respiratorio normal aparelho circulatorio normal, pulso antes do exercicio 76 depois do exercicio 98, aparelho digestivo normal aparelho genital urinario normal Ureia: Albumina não tem, glycose não tem, perineo e annus normaes, Esqueleto e articulações normaes Reflexos: patelar normal plantar normal Rowberg normal Argyll-Robertson normal, Tremores ausencia, falla normal. Foi vacinado no ato da inspecção? sim - foi identificado? não. A junta de saude abaixo assignada certifica que a observação registrada neste laudo é verdadeira em todos os seus termos e atesta que o candidato acima está apto.

Escola de Aprendizes Marinheiros da Parahyba 2 de janeiro de 1928. (Livro de Termos de Inspeção, 1927-1931).²

O termo exposto acima é resultado de uma avaliação médica do candidato João Lira da Silva Costa, que estava para ser matriculado na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. A idade, a naturalidade, a cor e o estado civil, eram dados importantes a serem considerados, indo de encontro com o regulamento de 1915, em voga na época. Estava sendo alistado um jovem de dezesseis (16) anos, natural de Parahyba, nome da capital do estado a época, por sua vez, brasileiro, de cor parda, cabelos crespos e legalmente solteiro. Na parte de avaliação médica, examinava audição, a visão e o histórico sobre a saúde dos pais e irmãos do candidato. O pai era vivo e não sadio, a mãe era viva e saudável. Tinha cinco (5) irmãos vivos com saúde e quatro que morreram acometidos pela doença infecciosa varíola em 1926. Ao analisar o *Livro de Termos de Inspeção* que registrou a condição de saúde dos aprendizes entre os anos de 1927 e 1931, foi possível observar que vasculhar as condições sanitárias da família e dos corpos dos candidatos a discentes daquela instituição era uma prática comum.

Fazia parte da avaliação completa saber informações acerca da família, uma vez que seria útil para o médico avaliar predisposições genéticas que poderiam influenciar na saúde do menor a longo prazo. É uma demonstração relevante que garantia a capacidade do candidato de cumprir suas funções militares de maneira saudável e sem restrições. Dessa maneira, compreender o histórico familiar também contribuía no trabalho do médico da escola, que se preparava para fornecer os cuidados adequados e preventivos, podendo planejar exames regulares no intuito de evitar complicações de saúde por fatores genéticos. Manter um registro médico completo, incluindo informações familiares dentro dessa instituição era uma forma de controlar problemas de saúde mais complexos que pudessem afetar os demais aprendizes marinheiros, e quando possível, impedir a entrada de corpos fracos, molengas, doentes e desprovidos de robustez física.

Além disso, havia uma preocupação com a disposição física do candidato. Exemplo disso era a verificação da altura e do peso dos meninos, apresentando o máximo e o mínimo de medidas torácicas que o corpo poderia alcançar, o índice de capacidade vital, os dados sobre o sistema respiratório, circulatório, digestivo e genital/ urinário, exame dentário, de fala e de reflexos, mostrando que todos esses

2 Salientamos que a grafia original de todos os documentos citados neste texto foi preservada.

estavam normais. Um corpo em regra saudável, apto a ser disciplinado. A Escola de Aprendizes Marinheiros demonstrava querer um corpo padronizado, considerado útil, e, para isso, a junta médica precisava comprovar que todos os órgãos estavam funcionando corretamente, sem alterações. Desse modo, as vontades de quem exercia o poder sob esses corpos naquela época pareciam ser a de que o sujeito com saúde fosse normalizado, controlado e moldado às exigências marítimas. Apenas força e coragem não bastavam.

Michel Foucault (2014) expressou que o corpo sempre foi alvo de poderes que buscavam controlá-lo minuciosamente. Para tanto, a disciplina passa a requerer novas exigências, a criar dispositivos de poder, a

[...] construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente. Essa exigência se traduz de várias maneiras [...] (Foucault, 2014, p. 161).

Esses escritos, advindos do livro “Vigiar e punir” (2014), permitem refletir acerca do que estava sendo entendido por disciplina naquela época. A disciplina não era apenas o controle físico dos corpos dos indivíduos, envolvia também a composição de forças da instituição para criar uma estrutura que funcionasse de maneira eficiente e útil.

A inclusão de um médico dentro dessas instituições escolares representava uma das formas de controle que operava dentro desses ambientes desde o seu ingresso. Com o acompanhamento médico, os comandantes das Escolas de Aprendizes Marinheiros tentavam manter a ordem e o controle no interior desses espaços, uma vez que os médicos supervisionavam a saúde dos aprendizes, auxiliavam na prevenção e tratamento de doenças, como também nas eventuais lesões, ferimentos, administração de vacinas, entre outros fatores que correspondem às condições gerais de saúde dos menores.

A disciplina e a medicina se interligavam nas Escolas de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. A escola, segundo Michel Foucault (2014, p. 182), “[...] se torna um aparelho de exame ininterrupto [...]”, isso quer dizer que a escola é um espaço de constante vigilância e o ato de examinar com frequência representa o controle que os médicos aplicavam sobre os corpos dos petizes. Vejamos um trecho que traz o entendimento desse autor sobre o exame:

[...] o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a

forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. (Foucault, 2014, p. 181).

Foucault (2014) chamou a atenção para a complexidade do exame, que para além de uma atividade escrita, também era uma prática que os indivíduos precisavam realizar nas instituições. O exame combinava elementos de vigilância e poder. Quando o médico se dirigia à Escola de Aprendizes Marinheiros, a fim de examinar os corpos dos petizes, eles estavam realizando o ato de vigilância, exercendo o seu poder sob a saúde dos examinados. O que o médico registrava nesses termos de inspeções de saúde era uma maneira de anotar como a estrutura física se comportava a partir de seu entendimento sobre as normas médicas. É importante salientar que não era apenas medir o desempenho dos corpos, era também direcionar como podiam se encaixarem nas normas e no corpo tido como “padrão” que a escola naval exigia. O exame atribuía visibilidade e diferenciação, ou seja, os aprendizes através dos exames se tornam visíveis para essas instituições, que detinham o poder e eram diferenciados por meio do que podia ser comprovado a seu respeito.

Ainda conforme a citação, Foucault (2014) observou que havia uma ritualização no exame. Isso significa que ele seguia procedimentos formais a partir da condução do profissional, reforçando a ideia de controle e poder dessas corporações. Esse trecho foi concluído citando “cerimônia do poder” e “estabelecimento da verdade”, que pode ser explicado pelo fato do exame não se dar somente como uma experiência técnica, mas também como uma demonstração de poder e autoridade de quem o realiza. Além do mais, estabelece uma “verdade” sobre os examinados, tendo em vista que comprova, sob pena de responsabilidade, o estado de alinhamento dos corpos com as normas e regulamentos para entrar ou continuar nessas Escolas de Aprendizes Marinheiros. Examinar é uma prática complexa que exige saberes e possui um papel fundamental dentro de instituições escolares, dado que é usado para diferenciar, normalizar, escolher, classificar, punir, dentre outras funções que reforçam a disciplina e o poder destes estabelecimentos.

Na tentativa de entender as obrigações da figura médica que examinava os corpos dos aprendizes marinheiros, nos deparamos com o documento intitulado *Livro de Contratos* da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte, no qual, estão presentes alguns contratos firmados pela escola, dentre eles o do médico. Como ambas as Escolas seguiam uma regulamentação de nível nacional, entende-se que, possivelmente, o profissional deveria exercer as mesmas funções na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, objeto desta pesquisa. Dessa maneira, analisamos uma minuta de contrato do médico empregado na instituição do Rio Grande do Norte, indicando quais funções deveriam cumprir dentro da instituição. A minuta revela relações de poder, hierarquia, disciplina e vigilância, à luz do pensamento foucaultiano.

Havia notadamente uma hierarquia na qual o médico era contratado pelo Ministério da Marinha e tinha que cumprir normas e os regulamentos estabelecidos pela Marinha. Michel Foucault (2014), contribui na reflexão acerca da organização hierárquica de instituições disciplinares, como, por exemplo, as escolas que criam também uma estrutura de poder. O médico deveria seguir as ordens do comandante

da Escola. Os aprendizes, por sua vez, deveriam respeitar as ordens de seus superiores: comandantes, médicos, mestres, dentre outros, no entanto, “[...] e se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um ‘chefe’, é o aparelho inteiro que produz ‘poder’ e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo” (Foucault, 2014, p. 174).

É possível interpretar essa citação como uma referência às organizações que estruturam seus componentes, com uma autoridade centralizada, retratada pelo “chefe”, como integrante do topo da pirâmide, sendo uma configuração típica de muitas instituições sociais, como escolas, prisões e hospitais. Quando Foucault (2014) afirmou que “[...] é o aparelho inteiro que produz poder [...]”, isso nos permitiu pensar, intrinsecamente, as relações de poder que estão integradas em toda a estrutura da organização, em cada pessoa que a compõe, não apenas isoladas no “chefe”, mas sim em todo o sistema. Dessa maneira, “distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo”, ou seja, o poder distribui os sujeitos dentro da instituição que não deve ser fixo, deve ser dinâmico, adaptando-se às relações de poder que evoluem no decorrer do tempo.

Nessa perspectiva, o contrato do médico da escola evidenciou outro conceito adotado por Michel Foucault: o de vigilância. O médico também era vigiado e controlado. Criava-se um estado de alerta permanente. Isto não significava que havia alguém vigiando as ações deste profissional o tempo todo, fisicamente. Ele deveria ser consciente de que, se não cumprisse as normas descritas no termo, seria punido. Então, regulava seus comportamentos, receando ser observado, mesmo que indiretamente. Havia uma vigilância permanente expressada pela estrutura hierárquica, que mantinha o controle sem precisar de punições físicas constantes. Os vigiados disciplinavam a si mesmos, devido à constante impressão de estarem sob vigilância.

Dentro da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, o médico assumia um papel fundamental na classificação ou determinação do que era robusto, fisicamente e intelectualmente saudável dentre os aprendizes marinheiros. Era a figura de autoridade que avaliava e categorizava os corpos, decidindo quem estava habilitado ou não para o serviço militar na Marinha. Os corpos que eram excluídos, eram dos petizes que não se enquadravam mais nos critérios de admissão regulamentados em nível nacional como foi explicado na primeira seção desse texto. Corpos que não se adequavam mais aos padrões exigidos. Um ambiente de constante vigilância, onde o médico, no que diz respeito a saúde do corpo, induzia os menores a regularem seus comportamentos de maneira semelhante ao entendimento de Michel Foucault.

Imaginamos o ambiente de tensão instaurado nessa escola após o comunicado da chegada de um telegrama e do movimento de inspeção realizado pela junta médica. Os menores eram afetados diretamente pelas políticas institucionais e eram obrigados a seguirem os padrões exigidos. A partir da resposta a essa comunicação, que foi descrita dentro do Memorando, é possível analisar a confiança que os comandantes oficiais da Marinha possuíam sob a inspeção de saúde liderada pelo médico, ao ponto de só julgarem inaptos os menores que tivesse passado pela exame médica. Vejamos tal registro:

[...] entre a recepção do vosso “Memorandum” de 10 de agosto a transmissão do meu telegramma de 24 do mesmo mez, dando a relação dos aprendizes podendo ser desligados, mediou um intervalo de 4 à 5 dias dentro dos quaes foram tirados com o máximo escrúpulo os aprendizes que deveriam ser victimados pela vossa ordem, e neste intervalo, por uma inspecção de saúde rigorosa, executada com o escrúpulo que sempre deu prova no desempenho de qualquer incumbência, pude seleccionar os aprendizes marinheiros que deveriam soffrer a fatalidade da situação financeira que atravessa a nação e a dos effectivo do Corpo de Marinheiros Nacionaes. Tirada a relação levei-a ao vosso conhecimento pelo telegrapho como me ordenava o “Memorandum” e não firmei, no telegramma, senão o número dos aprendizes, para não tornal-o extenso; mas fora de dúvida que aquella relação tinha resultado de uma inspecção de saúde e outra pedagógica, pois que o citado “Memorandum” attribuia à fraca capacidade intellectual uma das condições de desligamento. (Livro de Copiador de Officios, 1914, p. 109).

A relação dos menores desligados da escola da Paraíba possuía um aval médico e pedagógico. Como esse servidor possuía um rigoroso contrato a cumprir, agia com cuidado e “escrúpulo”, ou seja, com consciência e honestidade. Caso o contrário, poderia ter o seu contrato encerrado como medida de punição. Havia uma confiança com a competência médica em desempenhar sua tarefa com precisão e atenção, tendo em vista que deveria seguir rigorosamente as diretrizes das Escolas de Aprendizes Marinheiros.

Dito isso, a seguir, podemos explorar um pouco mais de como a preocupação com a saúde foi ganhando território nessas instituições, apontando, por exemplo, os possíveis destinos reservados aos corpos adoecidos no interior da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba.

3 OS DESTINOS DOS ENFERMOS NO INTERIOR DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PARAÍBA

Em março de 1909, o Capitão Tenente Raul Quadros, à época comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, enviou um relatório à Marinha do Brasil cobrando soluções para os problemas que vinha enfrentando no recinto que conduzia. Uma das queixas era de que os serviços estavam sendo prejudicados devido a interrupção da linha férrea que ligava a Cidade da Parahyba à escola, localizado naquele instante na Praia de Tambaú. A grande maré que atingia a região gerava o atraso diário dos inferiores, que já haviam sacrificado suas dependências na escola para que nelas se instalasse “[...] a Enfermaria provisoria e Pharmacia [...]” (Livro de Copiador de Offício, 1909), locais especialmente úteis quando o inverno trouxesse “[...] consequentemente as febres.” (Livro de Copiador de Offício, 1909), responsáveis pelos transtornos sazonais.

Essa é apenas uma das interações estabelecidas ao decorrer do tempo, entre o comando da Escola da Paraíba e o Ministério da Marinha, que revelam como os problemas materiais da unidade interferiram no cotidiano escolar. Com base nas fontes, percebemos que a história dessa instituição é marcada por graves problemas de higiene, fatores cruciais para que diversas dificuldades se perpetuassem.

O prédio construído na praia de Tambaú se encontrava em péssimas condições, contribuindo para o adoecimento dos menores aprendizes. O Primeiro Tenente Comandante da Escola, à época, o Sr. Alberto Rodrigues, como assim assinava nos relatórios, fazia dos seus escritos muito mais que uma descrição dos ocorridos em seu interior, mas uma denúncia ou um apelo por mudança de prédio. Vejamos um exemplo:

[...] o estado sanitário até a presente data não foi satisfatório pois que não há um só aprendiz que deixasse de baixar a enfermaria por conta do inverno o que facilmente se podera verificar pelos mappas nosalógicos enviados mensalmente a essa inspeccoria parecendo por tanto esta escola mais uma enfermaria ou pelo menos uma companhia de invalidos empalidosos. Durante o inverno a média mensal dos enfermos atinge até 60% e a maxima chegou a 90% o que equivale dizer que a praia de Tambaú jamais poderá ser habitada no inverno. (Livro de Copiador de Offício, 1908-1912, p. 23).

O comandante Alberto Rodrigues, chamava a atenção para a situação alarmante que estava o estado sanitário do prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, como é possível observar já na primeira linha da citação acima: “[...] o estado sanitário até a presente data não foi satisfatório.”. Isto indica que, até aquele momento, as condições de saúde não eram adequadas, visto que todos os aprendizes ficaram doentes e foram levados à enfermaria devido às circunstâncias do inverno na praia de Tambaú. O Oficial destacava que esta Escola parecia mais uma enfermaria, ou seja, um local que mais reúne doentes a pessoas saudáveis, aptas ao treinamento da vida no mar. Ele fazia um apelo escrevendo que a praia de Tambaú “[...] jamais poderá ser habitada no inverno [...]”, pois a média mensal de enfermos chegou à 90% da capacidade.

Esta instalação na praia de Tambaú, que se deu no início em 1908, foi a que mais gerou problemas para os arregimentados em termos de condições favoráveis para se viver. As reclamações de diferentes ordens apontavam para problemas relacionados ao tempo chuvoso na Paraíba, por exemplo. Reclamava-se que o estado sanitário dos edifícios que ocupavam piorava nesses meses, pois traziam consigo grande perigo das endemias. Os territórios onde os casarões se instalavam, com frequência, reforçavam as fragilidades, pois quase sempre eram descritos como pantanosos e muito inclinados ao adoecimento. Como se não bastasse o acanhamento dos edifícios, que chegava a impedir que se instalasse enfermaria, farmácia e dormitório, ainda eram com frequência mal iluminados e carentes de abastecimento hídrico. Esses problemas geravam crises epidêmicas graves, com patologias atingiam de 60% a 90% dos aprendizes, segundo relatos das fontes.

Além das epidemias, a instrução era afetada por falta de instrumentos para a prática profissional, sem falar das condições sanitárias. Esses problemas impediam, por exemplo, a execução de atividades como natação, ginástica, esgrima de espada e baioneta, restringidas aos meses quentes como estratégia de proteção e combate às enfermidades. A estratégia denuncia, por outro lado, que não havia apatia diante do quadro. A maneira com que conduzia a prevenção ao adoecimento ou traçava-se os destinos para os corpos enfermos demonstram a resiliência do estabelecimento frente às condições impostas. No que diz respeito aos corpos adoecidos, os números a seguir, demonstram os principais destinos a eles imputados:

Quadro 1: Os principais destinos dos corpos adoecidos na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre 1903 e 1912

Doença	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1912	Total
Enfermaria						118			116	234
Transferências entre unidades	1	2					21	15	5	44
Desligamento por invalidez	18	5	3	9	3			10	6	54

Fonte: Os autores (2025).

O quadro anterior, elaborado pelos autores a partir de informações dos *Livros de Copiadores de Offício* (1901-1914), estima o número de aprendizes enviados anualmente para diferentes destinos quando diagnosticados com alguma doença durante sua formação na Escola de Aprendizes Marinheiros paraibana. É importante dizer que a documentação é lacunar nesse ponto, posto a falta de informações relativa a alguns períodos, o que nos impede de chegarmos a conclusões mais apuradas. No entanto, o apanhado oferece a compreensão de quais os principais destinos aos quais os doentes da escola eram remetidos. Buscaremos fazer algumas pistas acerca dessa ordem, tentando relacioná-la às condições que a instituição dispunha para assistir os garotos que, muitas vezes, tombavam enfermos em seu interior.

Num primeiro momento, percebemos que a maioria dos corpos doentes eram enviados à enfermaria escolar. Os dados demonstram que duzentos e trinta e quatro (234) enfermos foram direcionados primeiramente à enfermaria, o que representa cerca de 70% do total de envios nos anos contabilizados. Exigência do regulamento escolar, a enfermaria era um local especial para as escolas de marinheiros, visto sua função essencial de amparar os doentes. Em um momento em que o serviço de saúde pública engatinha e o encaminhamento para hospitais particulares significava altos custos, a presença do cômodo nas escolas era visto como imprescindível. Contudo, isso não significava que estava isenta de problemas. A constante falta de espaço, equipamentos e remédios foram queixas permanentes, sobretudo durante os períodos em que doenças endêmicas atingiam o recinto.

Exemplo disso pode ser observado no ofício de 31 de maio de 1907, endereçado ao Ministro da Marinha. No documento, o Capitão de Corveta da unidade, o Sr. Francisco Agostinho de Mello, se remeteu ao Offício nº 1044, de 30 de abril, enviado ao mesmo Ministro, recordando os episódios de terror vividos na repartição. Segundo ele, as “[...] condições sanitárias e em consequência de ser manifestado a varíola na Escola, com intensidade [...] e diante da dolorosa necessidade de serem medicados dentro do próprio edifício [...]”, pois não existia “[...] contracto com os hospitaes da cidade [...] [e] sendo impossível organizar com os recursos próprios, uma enfermaria de isolamento, resolvi abandonar o quartel aos enfermos e acampar os outros aprendizes em local conveniente [...]” de forma que “[...] se mantivesse na maior incommunicabilidade possível.” (Livro de Copiador de Offício, 1907).

A cena demonstra a fragilidade da enfermaria, que, pela falta de salubridade, foi incapaz de acolher todos os adoentados em seu interior. Situação semelhante deve ter sido vista nos anos seguintes, quando, de acordo com o quadro, cerca de cento e dezoito (118) doentes foram levados ao local por motivos de saúde entre 1908 e 1909 e somente em 1912, esse número foi de cento e dezesseis (116). Esses dados podem apontar a agudeza de epidemias como de impaludismo e varíola, por exemplo, comuns àquele cotidiano, especialmente durante alguns meses.

Para além de uma assistência primária, a enfermaria também auxiliava no alistamento ou envio de menores para a armada. Trazido como exigência no artigo vinte e cinco (25) do Regulamento escolar em voga naquele instante, ou seja, o Decreto nº 6.582/1907 (Brasil, 1908), havia que “[...] ninguém será admittido nas escolas de aprendizes sem provas [...] que dispõe de robustez physica para o serviço da armada, e que está isento de defeitos physicos que o inhabilitem para esse serviço.” (Brasil, 1908). Para tanto, era necessária a aplicação de *Exames de Inspeção de Saúde*. De caráter obrigatório, os procedimentos reuniam uma bateria de testes físicos cujos menores precisavam se sujeitar com regularidade, principalmente quando recolhidos à instituição ou antes de serem remetidos à Marinha, ao completarem os estudos. A enfermaria, portanto, se cristalizou como um dos principais espaços escolares tanto por acolher os enfermos, como por compor os equipamentos que auxiliavam no funcionamento da unidade.

Outro destino possível eram as transferências entre escolas. De acordo com o quadro acima, houve quarenta e quatro (44) transferências entre os anos de 1903 e 1912. Os mapas de movimentação denunciavam o envio de aprendizes enfermos para outras unidades da federação sob a justificativa de que precisavam receber tratamento especializado. Vê-se que em fevereiro de 1910, o Capitão Sr. Benjamim R. da Costa, comandante da Escola paraibana, comunicou a Inspetoria da Marinha que transferiu, após uma intensa epidemia de impaludismo, vinte e um (21) aprendizes para tratamento de doenças crônicas, sendo quinze (15) para a Escola do Ceará e seis (6) para a Escola Modelo da capital federal. O ofício não se estende sobre a questão, impedindo que saibamos, por exemplo, quais doenças precisavam de tratamento e se àquelas condições eram efeito das febres palustres. A falta de fontes que respondam essas questões é uma limitação por hora.

Além disso, a transferência entre as unidades não era algo tão simples. O envio exigia gastos cujas unidades nem sempre poderiam arcar. A solicitação de verbas à Marinha era uma saída. No entanto, a depender do quadro de saúde do

aprendiz, a ajuda poderia não ser recebida a tempo ou sequer chegar. Esses e outros fatores convergiam para que as transferências fossem reservadas a tratamentos específicos e aos alunos mais robustos, cujo desligamento significaria um prejuízo. Esse motivo explicaria o número reduzido de aprendizes transferidos ao longo dos anos, menor que o número de desligados por invalidez e enviados à enfermaria. É possível considerar que após a triagem, em alguns casos, era mais vantajoso o desligamento do aprendiz do que empregar despesas vultosas com as transferências.

Por último, como terceiro principal destino havia o desligamento. Conforme o artigo trinta e quatro (34) do Decreto nº 6.582/1907 (Brasil, 1908), os menores só seriam formalmente desligados “[...] mediante ordem do Ministro da Marinha, por incorrigível ou por incapacidade *physica* ou mental, provada em inspecção de saúde” (Brasil, 1908). Numa eventual confirmação do último quadro, eles eram entregues aos seus responsáveis, fossem seus pais/familiares ou, na condição de órfãos, aos juízes de órfãos das Comarcas de seus municípios de origem, cabendo ao governo indenizar as despesas com o transporte. Esse foi o destino de cinquenta e quatro (54) aprendizes entre os anos 1903 e 1912, um número relativamente pequeno se comparado ao número de enviados para à enfermaria, afinal não era interesse da escola perder matriculados, especialmente quando já havia investido altos custos em sua formação.

Exposto esse cenário, no próximo tópico nos encarregaremos de identificar as principais doenças que atingiram os aprendizes, dando ênfase a três delas: o impaludismo, a varíola e a tuberculose.

4 IMPALUDISMO, VARÍOLA E TUBERCULOSE: AS DOENÇAS DO “MAU CARÁTER” NO INTERIOR DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE MARINHEIROS PARAIBANA

A cidade da Parahyba, passou por inúmeras mudanças sociais, econômicas e políticas com a transição do regime imperial para o republicano. De acordo com Azemar Soares Júnior (2011) a organização social pouco havia sofrido mudanças no século XIX, sendo assim, para entender o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade nesse período, é fundamental perceber as características geográficas dessa região:

[...] a cidade nascera às margens do rio Sanhauá e de lá ganhava vida para as outras extremidades. O cais do Varadouro era a porta de entrada: por ali entraram o colonizador europeu, as ordens religiosas, os engenheiros que edificaram os prédios e planejaram as ruas, as várias epidemias que assolaram a população, as principais notícias do poder central, os alimentos, medicamentos, vestimentas, cosméticos, os sinais da modernidade. (Soares Júnior, 2011, p. 22).

Pensamos que a cidade da Parahyba nasceu estrategicamente às margens do rio Sanhauá, supostamente, os principais pontos da cidade deveriam estar

próximos a água potável, recursos naturais e vias de transporte. O autor acima citado, anotou que “[...] o cais do Varadouro era a porta de entrada”, interpretamos como a entrada principal para a cidade, ou seja, era o local que pessoas, mercadorias, informações e enfermidades chegavam ao povoamento. Consideramos que era o ponto de partida para o comércio, a comunicação e interações culturais. Como mencionou também, foi por meio desse ponto que as várias epidemias atingiram a população local, o que me permite refletir que talvez a proximidade do rio e o fluxo constante de entrada de pessoas nesta cidade pequena, tenha influenciado na vulnerabilidade higiênica e, em consequência, nas doenças transmitidas, em sua maioria, pela água ou pelo ar.

Ainda nas linhas escritas por Azemar Soares Júnior (2011), é possível identificar também uma Paraíba oitocentista “sanitariamente precária”, fato que resultava no aumento das taxas de doenças e mortalidade da população. O desprezo por questões higiênicas da cidade, a falta de esforços para se desvincular de como estava estruturada a cidade ainda com traços coloniais e promover novos padrões higiênicos a serem seguidos, culminou em “[...] construção de edificações tortuosas, como a proliferação de casas de palha no centro e nos arredores da cidade” (Soares Júnior, 2011, p. 23). Percebemos uma sintonia com o que descreve o Capitão Tenente Comandante Raul Quadros sobre as redondezas da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, no alojamento da Praia de Tambaú, como exposto a seguir:

[...] cumpre-me mais dizer-vos que na Praia de Tambaú não existem casas para moradia e a escola acha-se completamente isolada e as únicas casas existentes, além se distanciam um kilometro da escola são casinhas de palha e ocupadas por praieiros e pescadores, inabitáveis principalmente no inverno. Tendo quanto acima dito ja tem sciencia o Sr. Cap. da Marinha Belfort Vieira quando inferência n’este estabelecimento e melhor vos relatará. (Livro de Copiador de Officio, 1908-1912, p. 11).

Em termos de infraestrutura e modernização, a cidade não mudou de imediato com a chegada do século XX, como é possível observar nesta citação acima que em meados de 1910 o cenário ainda era bastante precário. A Escola de Aprendizes Marinheiros que, teoricamente, deveria ficar próximo da pouca urbanização da cidade, se encontrava isolada na praia de Tambaú, onde nem sequer tinham casas nas proximidades e as poucas que existiam eram de palha. Essas casas, como são descritas, eram inabitáveis principalmente no inverno. Eram edificações que não protegiam os moradores contra as condições climáticas adversas, seja no verão com altas temperaturas, ou no inverno com as fortes chuvas. Ponderamos que essas “edificações tortuosas” construídas tanto no centro da cidade, quanto em seus arredores, implicavam nas condições de vida estritamente frágeis e vulneráveis às várias doenças que assolavam aquela geografia.

É válido salientar que, nesse momento, a relação que a doença estabeleceu com a sociedade, no sentido de não ser um evento isolado que não afetava a organização social de uma cidade, por exemplo. Peter e Revel (1995), ressaltaram que

[...] a doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. (Peter; Revel, 1995, p. 14).

Deste modo, quando uma doença se espalhava, podia causar a desorganização na sociedade, afetando diretamente as condições de vida dos habitantes. Nesse sentido, esta desorganização social, visibiliza como funciona a dinâmica de prevenção e de higiene da cidade ou do país. Expondo assim, as relações de poder existentes em um determinado grupo social. A doença ou o “acontecimento mórbido”, como os autores Peter e Revel (1995) mencionam, pode servir de um lugar “privilegiado” para observar o funcionamento político, religioso e social. Os surtos epidêmicos que atormentaram a Parahyba oitocentista e o início do século XX, demonstram como as autoridades políticas lidaram com a crise de saúde pública e como as diferentes partes reagiram durante esses episódios.

Azemar Soares Júnior (2019, p. 113), analisando os discursos médico-pedagógicos em voga na Paraíba da primeira metade do século XX, percebeu que a principal preocupação da medicina da época era a propagação de doenças dentro das escolas. Isso fez com que diversas medidas de proteção e combate às patologias fossem incorporadas enquanto modelo para uma sociedade que se desejava físico e moralmente saudável. Com efeito, os saberes médicos lançavam mão de estratégias *próprias da medicina e higiene urbana* com o intuito de gerir os sujeitos, por meio de um certo número de técnicas disciplinares.

Desse modo, segundo Rafael Araújo (2019, p. 242), os poderes médico e político deveriam se apropriar dos processos biológicos, controlando-os e modificando-os, a fim de defender a vida da população. Essa influência também atravessou o dia a dia da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, que, como uma instituição de Estado, se empenhava em proteger o conjunto de vidas administradas em seu interior das moléstias que comumente se abatiam sobre ela, por exemplo. No quadro a seguir, identificamos algumas das principais doenças que corriqueiramente atingiam o dia a dia da unidade:

Quadro 2: As principais doenças que se abateram sobre a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba entre 1897 e 1912

Doença	1897	1907	1908	1909	1910	1912	Total
Impaludismo			81	37			118

Varíola		28	47				75
Tuberculose	1	3			1	1	6

Fonte: Os autores (2025).

O segundo quadro, produzido pelos autores a partir de informações contidas nos *Livros de Copiadores de Offício* (1901-1914) e *Livros de Socorros* (1897-1899), se atenta aos três diagnósticos de doenças mais comuns na Escola de Aprendizes Marinheiros paraibana entre os anos de 1897 e 1912. Nossa preocupação em trazê-las repousa no fato de que um dos aspectos mais desalentadores daquela realidade era o prejuízo gerado à saúde pelas epidemias. Diversas fontes indicam a passagem dessas doenças pela escola, a exemplo da comunicação estabelecida entre o Capitão Tenente Comandante Alberto Rodrigues e a Inspetoria da Marinha em fevereiro de 1911. Na ocasião o comandante ressaltou que o local que a instituição ocupava à época, isto é, a praia de Tambaú, era “[...] doentia e muito sujeita ao impaludismo [...] [moléstia que] durante os meses invernosos [...] toma seu auge, minando toda a população praieira.” (Livro de Copiador de Offício, 1911).

Dessa maneira, o Tenente chamou atenção para a doença que mais atingia a Escola, ganhando destaque no quadro anterior para o significativo contágio entre os anos de 1908 e 1909. Naquele recorte temporal, a instituição já estava assentada em Tambaú. O impaludismo, como bem relata, aparecia especialmente nos meses mais úmidos e chuvosos, chegando a atingir uma quantidade muito considerável de internos, algo refletido, por exemplo, no ano de 1908, quando houve oitenta e um (81) diagnósticos. Se considerarmos que naquele ano o número de matriculados ocupava a casa dos oitenta (80) aprendizes, considerando as informações contidas no Livro Copiador de Ofício (1908-1912), além do quadro de funcionários, oitenta e um (81) diagnósticos confirma a gravidade das epidemias, que chegavam a assolar até 90% do quantitativo de alunos.

Mais adiante, o Comandante denunciou que mesmo os funcionários da instituição não eram poupados de transtornos. Naquele momento, até o enfermeiro escolar “[...] que estando morando perto da escola, foi forçado a vir para a cidade seriamente doente com toda família em iguaes condições” (Livro de Copiador de Offício, 1911). Esse ponto realça as dificuldades relacionadas ao acesso à assistência médica. Em um momento em que, de acordo com Gilberto Hochman e Cristina Fonseca (1999), o poder público apenas começava a se responsabilizar pelos serviços de saúde no país, é fácil deduzir que a assistência aos enfermos se reduzia a parcas instituições e localidades, cabendo àqueles que desejassem o serviço a consciência de que longas distâncias poderiam separá-los de qualquer ajuda.

Essa foi uma realidade que certamente os habitantes da Escola da Paraíba tiveram que conviver. Com uma frágil enfermaria escolar e hospitais reduzidos à capital, o enfermeiro e sua família não tiveram outra alternativa senão atravessar a distância que separava Tambaú da Cidade de Parahyba em busca da assistência especializada. Esse era um problema que tornavam ainda mais perigosas as epidemias de impaludismo, pois muitas dessas exigiam rápido atendimento e

medicalização. Mas, afinal, do que se trata essa enfermidade que fez tantas vítimas no recinto aqui estudado?

De acordo com o médico Erney Camargo (2003, p. 26-27), tal doença, que hoje é conhecida como malária, é causada por protozoários que se multiplicam nos glóbulos vermelhos do sangue humano. As espécies causadoras dessa doença estão intimamente associadas à proliferação de mosquitos do gênero *Anopheles*, que põem ovos em coleções de água limpas ou sujas, de fluxo lento ou rápido. De modo geral, a doença apresenta sintomatologia típica, como episódios de calafrios, seguidos de febre alta e persistente. Esses episódios são acompanhados de mal-estar, náuseas e dores articulares. Ao fim, o médico recorda que só excepcionalmente morre-se de impaludismo, mas caso o paciente não venha a ser tratado, pode ser que se cure espontaneamente ou faleça por complicações orgânicas. Camargo aponta que no início do século XX, tal infecção era endêmica em todo o país.

Depois do impaludismo, uma outra doença corriqueira entre os menores foi a varíola. Embora menos incidente, conforme o segundo quadro, a enfermidade também se tornou alvo de relatos do comando. Conforme o virologista Hermann Schatzmayr (2001), se trata de uma moléstia muito antiga que chegou ao Brasil ainda no período colonial. O vírus que causa a doença, chamado *Orthopoxvirus variolae*, é transmitido pelo contato humano ou com objetos infectados, gerando sintomas similares ao da gripe comum, como febre, dores e mal-estar, além do surgimento de manchas avermelhadas pelo corpo, que evoluem de aspecto. Atualmente, a varíola é considerada erradicada do mundo pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ainda que no início do século XX causasse enormes contágios.

Nesse sentido, há indícios de surtos de varíola na instituição em algumas épocas, a exemplo de 1907 e 1908, como aponta o quadro dois. Nesse último caso, o relatório expedido no dia 7 de agosto de 1908 pelo então comandante da escola, o Sr. Raul Quadros, confirma a situação de apuros. Nele, Quadros alegou a “[...] urgência na prontificação do edifício por se aproximar a época epidêmica da varíola” (Livro de Copiador de Offício, 1908). Com o risco de não ocuparem a sede própria a tempo, e sabendo do término do contrato com o edifício que ocupavam, o comandante ressaltou que gostaria de “[...] evitar o desgosto de ver atacado n’aquelle local”, evidenciando a preocupação com uma epidemia que poderia atingi-los em situação de desamparo.

Já como terceira posição entre as doenças que mais atingiram a Escola vê-se a tuberculose. Muito menos comum que as demais, identificamos seis (6) casos ao decorrer de mais de uma década. A tísica, como também ficou conhecida, é uma doença contagiosa causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium tuberculosis*, que atinge em especial os pulmões humanos. O contágio ocorre pelo contato com pessoas infectadas e gera sintomas bastante típicos, como tosse, falta de ar e fraqueza. Os médicos Marina Maciel, Plínio Mendes *et al* (2012), que investigaram a tuberculose na história brasileira, ressaltam que a doença se fez presente no país desde o período colonial e no início do século XX, era um importante causa de mortalidade. Por essa razão, deveria ser tratada com seriedade e rapidez, algo nem sempre possível dada a precariedade da assistência à saúde, como vimos.

Talvez o grau de complexidade para tratá-la tenha feito com que o principal destino dos diagnosticados com a tuberculose na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba fosse o desligamento. Em todos os casos identificados, o diagnóstico foi seguido de desligamento por invalidez, sem que houvesse grandes esforços para transferi-los, por exemplo. Entendemos que isso pode ser resultado, inclusive, dos estereótipos acerca da doença, que devido imputar ao corpo infectado forte desgaste, poderia dar a esse mesmo corpo um aspecto frágil e doentio. Isso auxiliava que os tuberculosos fossem automaticamente vistos como incapazes físicos, condição elementar para o desligamento de acordo com o regulamento escolar.

Sendo assim, esse foi o destino imposto ao aprendiz Salvador de Britto. Menor descrito como de cor parda, órfão de dezessete (17) anos e natural da Paraíba, o garoto foi identificado com tuberculose pulmonar em 21 de junho de 1912, após passar pelo Exame de Inspeção de Saúde feito pelo Dr. Walfredo Guedes Pereira, médico contratado pela escola, e Dr. José de Souza Maciel, médico da Prefeitura da Cidade da Parahyba, conforme o Livro Copiador de Offício (1912). Ambos o classificaram como inapto a seguir para os estaleiros da Marinha de Guerra. Britto é, portanto, mais um desses meninos que passaram quase sem se sentir pela instituição, que tiveram o sonho de se tornarem marinheiros interrompido pelo adoecimento e que sumiram da história da Marinha até, pelo menos, este instante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, apresentamos aqui os principais destinos e a atuação médica que a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba imputou aos corpos adoecidos em seu interior entre o final do século XIX e início do XX. Seguindo essa investigação, foi possível verificar que a unidade direcionava os internos atingidos por moléstias a destinos diferentes de acordo com as condições materiais que possuía e natureza das doenças.

Num primeiro momento, discutimos o papel do médico da Escola, que examinava a aptidão física e orientava medidas de tratamento de doenças e de comportamentos saudáveis para ser alcançado o corpo padrão que a Marinha desejava. Foi a partir dos documentos analisados que entendemos como a figura médica era respeitada tanto no interior da instituição, quanto fora.

A seguir, percebemos que os corpos adoecidos poderiam ser destinados à enfermaria, às transferências de sede e ao desligamento. Levantamos sutilmente a hipótese de que havia certa hierarquia entre esses destinos. Diante de uma assistência à saúde precária, ficou evidente que essas escolhas eram tomadas de acordo com alguns critérios, pensados aqui a partir da complexidade e custo-benefício de certos cuidados.

Por último, nos debruçamos sobre doenças que atingiram o estabelecimento. Com notória presença, o impaludismo, varíola e tuberculose, além de serem endêmicas e frequentes, sobretudo as duas primeiras, se tornaram conhecidas por causarem enormes prejuízos ao quadro humano da instituição. Como maneira de promover a vida, o comando escolar passou a adotar atitudes com vistas a proteger a

saúde humana, se apropriando de estratégias médico-políticas que começavam a penetrar no sistema educacional paraibano.

Contudo, temos a consciência de que o assunto não se exaure aqui. A volumosa documentação evidencia uma série de caminhos que podem levar a problemas diversos. Logo, nosso esforço se dá no sentido de lançar pistas e, em alguma medida, trazer contribuições para os escritos acerca do tema. Esperamos que com essas provocações, novas pesquisas, de preferência mais robustas, possam ser propostas, de maneira que essa parcela da historiografia ainda tão tímida possa crescer e receber a atenção devida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rafael Nóbrega. Educação pela saúde: os discursos higiênicos no combate a endemia da sífilis na imprensa paraibana na primeira metade do vigésimo século. In: SOARES JUNIOR, A. S.; ANDRADE, V. G. (Org.). **A escrita do sensível: experiência, história cultural e práticas educativas**. João Pessoa: Ideia, p. 231-250, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 4.680, de 17 de janeiro de 1871**: Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província da Parahyba. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4680-17-janeiro-1871-552061-publicacaooriginal-68978-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. **Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1907**. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. **Ciência e cultura**, v. 55, n. 1, 2003, p. 26-29.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Política de saúde pública e previdência, 1937-1945. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

“Livro de Actas”, 1927. [manuscrito, 18 f.]. **Fundo Escola de Aprendizizes Marinheiros**. Arquivo Nacional da Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

“Livros de Copiadores de Offício”, 1901-1914. [manuscrito, 263 f.]. **Fundo Escola de Aprendizizes Marinheiros**. Arquivo Nacional da Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

“Livros de Socorros”, 1896-1899. [manuscrito, 1.153 f.]. **Fundo Escola de Aprendizizes Marinheiros**. Arquivo Nacional da Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

“Livros de Termos de Inspeção”, 1927-1931. [manuscrito, 17 f.]. **Fundo Escola de Aprendizizes Marinheiros**. Arquivo Nacional da Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

MACIEL, Marina de Souza; MENDES, Plínio Duarte et al. A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. **Revista Brasileira de Clínica Médica**. São Paulo, mai-jun., 2012, p. 226-230.

PETER, Jean Pierre; Revel, Jacques. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, nov-dez, 2001, p. 1525-1530.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Physicamente vigorosos**: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942). São Paulo: e-Manuscrito, 2019.